

Alc. Alfaro ce 3064

Rog. A

Alc.

scdo. J. Costa
A. Santos
ANA



Assembleia Geral

Santa Maria da Feira 23 de março de 2023

Índice

1. Nota Introdutória.....	3
2. Políticas.....	4
3. Monitorização e Medição.....	12
4. Relatório de Desempenho das Valências relativas a 2022.....	13
5. Actividades em destaque 2022.....	20
6. Contas do Exercício 2022.....	24
7. Anexo.....	27
8. Órgãos Sociais.....	42

1. Nota Introdutória

O relatório de atividades e contas da Cercifeira relativo ao exercício de 2022, reporta o percurso da atividade anual face ao que foi estabelecido no plano de atividades e sintetiza de forma transparente os resultados obtidos, o grau de concretização das atividades propostas no plano de atividades e o grau de satisfação das diferentes partes interessadas (clientes, significativos, colaboradores, parceiros financeiros e não financeiros, fornecedores).

Todas as atividades propostas e desenvolvidas ao longo do ano de 2022, foram realizadas procurando garantir a consolidação e sustentabilidade organizacional. Quem ao analisar ficará seguramente com uma impressão positiva do esforço que foi efetuado para conseguir uma gestão equilibrada e sustentável, sem descurar o compromisso com a missão da Cercifeira.

Conforme as circunstâncias decorrentes no exercício de 2022, o ano foi particularmente diferente dos anos anteriores devido a vários fatores como o fim da pandemia Covid 19, início da guerra Ucrânia-Rússia em fevereiro, esta veio acelerar um processo sem precedentes na história recente dos países europeus após a segunda grande guerra, quer ao nível de aumento das taxas de juros, quer de falta de produtos de matérias-primas, e outros fatores. Assim, e dado este cenário a taxa de inflação disparou para níveis do século passado. Os preços de todos os produtos aumentaram em flecha. Verificou-se na Europa uma recessão económica nos países da EU. Consequentemente, o SMN também aumentou consideravelmente face ao ano anterior mas os outros vencimentos de escalões acima não se verificou a mesma situação. Todos nós, e em especial, os mais necessitados socialmente, ficaram ainda pior. O crescimento económico não existiu, os rendimentos familiares são os mesmos, os impostos são cada vez maiores e o custo de vida aumentou.

A Cercifeira não esteve alheia a todos estes problemas que se vive na atualidade e tentou por todos os meios ultrapassar as muitas dificuldades que se verificou ao longo do ano de 2022.

Fizemos obras de reabilitação nos nossos edifícios. No edifício sede fizemos melhoramentos internos estruturais e de equipamentos. No edifício do Lar Residencial fizemos obras profundas quer ao nível de estruturas quer ao nível de equipamentos e mobiliário. Mantivemos o número de colaboradores ao longo de todo o ano.

A Cercifeira fez uma candidatura através do POISE e foi aprovada com número POISE-03-4215-FSE-000051 com os seguintes valores: 2022 – 153.406,40 €; 2023 – 690.819,73 €; 2024 – 699.485,06 €; 2025 – 228.087,52 €.

A Cercifeira fez uma candidatura e foi aprovada ao programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR IP, com o número 196/2022 e com o nome de Jardinagem Uma escolha para o futuro do valor de 9.454,33 euros.

Numa fase inicial do projeto, procedemos à sua divulgação, da qual resultou a inscrição de vários participantes, tendo sido selecionadas 10 pessoas portadoras de deficiência. Realizou-se a avaliação diagnóstica e a elaboração dos seus planos de desenvolvimento individual. Realizou-se o recrutamento de um formador e foram adquiridos os equipamentos, materiais e matérias-primas necessários para o desenvolvimento das sessões formativas, as quais decorreram em modalidade presencial entre os meses 04.07.2022 a 30.11.2022. As sessões formativas foram essencialmente de carácter prático, sendo apenas abordados conhecimentos teóricos ao nível dos procedimentos de higiene e segurança, características de matérias-primas e materiais e procedimentos de procura ativa de emprego. Foram realizadas duas visitas de estudo como previsto. Finalmente lançamos o convite a várias empresas com o objetivo de acolherem os participantes em estágio, e no último mês do projeto, no mês de Dezembro todos puderam experienciar as tarefas da área de jardinagem em empresas da região. No decurso da implementação do projeto foram divulgadas notícias do desenvolvimento das atividades, foram estabelecidos múltiplos contactos com as famílias e com entidade externas, no sentido de fomentar uma boa integração sócio-profissional e /ou encaminhamento para serviços e equipamentos no futuro. Foram fornecidas informações às empresas interessadas sobre as medidas disponíveis pelo IIEFP à integração de jovens portadores de deficiência em mercado de trabalho.

Queremos expressar o nosso agradecimento a todos os quantos acreditaram e continuam a acreditar na Cercifeira e na missão que ela procede.

POLÍTICAS

Missão

A Missão da CERCIFEIRA é promover e acompanhar o desenvolvimento global do ser humano, abrangendo as várias etapas da vida, desde a infância à terceira idade, fomentando a educação, reabilitação e formação, com vista à integração socioprofissional e apoio social e afetivo dos seus clientes.

Visão

Ser uma organização de referência, sólida e inovadora, no sistema de educação e sócio profissional que promove a inserção social e profissional de grupos com especiais dificuldades, com vista à inclusão na vida social e ativa, baseando o seu trabalho na parceria com diferentes stakeholders (clientes, colaboradores, cooperantes, comunidade, estado, outras organizações da sociedade civil, empresários e com a comunicação social)

Valores

O cumprimento da nossa missão assenta no seguinte conjunto de valores e de comportamentos:

- Ética e respeito pelas pessoas
- Equidade e Igualdade de tratamento
- Qualidade e inovação dos serviços
- Responsabilidade social e ambiental
- Confidencialidade
- Privacidade

Política da Qualidade

A política da qualidade da Cercifeira ao nível da sua atuação assenta nos seguintes macro objetivos, traduzidos e avaliados anualmente nos respetivos planos de Actividades da organização:

- Garantir a melhoria contínua;
- Assegurar a satisfação das partes interessadas;
- Assegurar o envolvimento das partes interessadas;
- Garantir a qualidade dos serviços;
- Garantir a inovação e aplicação de novas tecnologias

Política de Ética e Bem-Estar

A política de ética e bem-estar da CERCIFEIRA assenta em diversas fontes normativas conforme Código de Ética da CERCIFEIRA e conceito de bem-estar.

Aquela política deve ser incorporada pelos colaboradores, no exercício da sua atividade tendo presente os princípios fundamentais de conduta organizacional, adotando na sua intervenção uma abordagem holística e a prestação de um serviço de qualidade orientado para o cliente.

O Código de Ética é dirigido a todos os intervenientes na organização CERCIFEIRA, de forma a garantir a persecução da missão e valores organizacionais. Nele estão critérios profissionais, princípios e valores que orientam os comportamentos como sendo: Ética e respeito pelas pessoas; Qualidade e inovação dos serviços; Responsabilidade social e ambiental; Confidencialidade; Privacidade; Equidade e Igualdade.

A fim de garantir a adequação dos comportamentos éticos e interação dos recursos humanos, encontram-se definidos no Manual de Funções as competências, funções e responsabilidades das várias categorias profissionais.

O código de ética foi elaborado e implementado de forma a proteger os clientes de riscos, assegurando a sua dignidade e a promoção de justiça social.

A política de Ética e bem-estar completam-se. O bem – estar é um conjunto de práticas que engloba o bem-estar Físico, Emocional, e Material.

Considerando o Bem-Estar Físico como saúde física, ausência de doenças, e um bom funcionamento metabólico.

Em relação ao Bem-Estar Emocional, está directamente ligado:

- Autoconhecimento Emocional (identificar as emoções e a forma como lidar com elas).
- Controle Emocional (capacidade de controlar impulsos e canalizar emoções positivas).
- Auto Motivação (capacidade de se auto motivar diante das frustrações).
- Empatia.
- Desenvolver relacionamentos interpessoais.

Bem – Estar Material: Consiste no conforto material: casa, alimentação saudável, vestuário, água potável, electricidade ou seja as necessidades materiais tem que estar completas para se conseguir o Bem- Estar Material.

Assim Ética e Bem-Estar reforçam-se mutuamente, resultando numa melhor qualidade de vida para o Ser Humano.

Política de Participação e Inclusão dos Clientes

O modelo de gestão da Cercifeira assume a *Orientação para o Cliente* como referencial. Os nossos clientes são assim chamados a participar ativamente na vida da organização, estando o direito à participação expressamente consagrado na Carta de Direitos e Deveres dos Clientes. A CERCIFEIRA promove ainda a Inclusão Socio-profissional dando ao Cliente um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão e a dificuldade de acesso aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Assim, oferece um conjunto de oportunidades diferenciadas para que todos tenham igual acesso a informação, bens e serviços, garantindo a participação igualitária de todos na sociedade. A Política de Participação e Inclusão dos Clientes da CERCIFEIRA procura ser "voz ativa" ao nível da educação, reabilitação e integração sócio profissional do público-alvo, através de uma mediação constante com a comunidade.

Dimensões da participação dos clientes

Participação na elaboração, gestão e avaliação dos processos de intervenção de forma continuada enquanto atores fundamentais dos mesmos

- Participação na gestão da organização, designadamente na avaliação dos produtos e serviços prestados, bem como na organização e avaliação do sistema de funcionamento
- Participação no processo de mobilização dos clientes, no sentido do seu envolvimento e adesão aos programas, atividades e às regras de funcionamento

Mecanismos de participação dos clientes

- Participação na organização, desenvolvimento e execução dos Planos Individuais, através do seu contributo nas escolhas e tomada de decisão sobre os mesmos.
- Contratualização dos objetivos, no sentido de potenciar um maior envolvimento e aumentar a eficácia da prestação de serviços
- Apresentação espontânea de sugestões, elogios e reclamações individualmente ou através do grupo de auto representantes
- Resposta aos questionários da metodologia de avaliação da qualidade dos serviços prestados

A Cercifeira promove a participação e inclusão dos seus clientes a todos os níveis da organização, bem como da comunidade, tornando-os ativos na organização e promovendo a sua capacitação (empowerment) e o exercício da sua cidadania. Este conceito surge como um fenómeno sociológico habitualmente relacionado com grupos socialmente em desvantagem e visa dar-lhes o poder, a liberdade e a informação que lhes permita tomar decisões e participar activamente da organização.

O empowerment baseia-se em 4 poderes fundamentais:

- poder de escolha – escolha das actividades, dos objectivos, dos serviços, entre outros;
- poder de opinião – podem manifestar a sua opinião através de sugestões e reclamações, participação em grupos de representantes e de clientes;
- poder de influência – capacidade de serem agentes de mudança em todas as áreas da sua vida;
- poder de intervenção ativa – quer na sua própria vida, quer na vida da organização.

A organização, conjuntamente com outras entidades defende os direitos dos clientes (advocacy), promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Um dos princípios orientadores da intervenção é a permanente adaptação às características e funcionalidades dos clientes, num processo de melhoria contínua. Esta exigência implica que a Política de Participação seja revista anualmente. Assim, as estratégias de envolvimento e participação dos clientes são escolhidas de acordo com as características funcionais de cada cliente, conforme matriz apresentada no Plano de Participação das Partes Interessadas.

Política de Confidencialidade

A nossa ação norteia-se por princípios de reserva da vida privada, das liberdades, direitos e garantias. A CERCIFEIRA não divulga ou vende os dados dos seus colaboradores e/ ou clientes a outrem, pois todas as informações são confidenciais.

Colaboradores e/ ou clientes têm direito ao acesso, alteração e cancelamento dos seus dados, se assim o desejarem. O acesso à informação é condicionado e monitorizado sempre.

Dos colaboradores esperam-se princípios de reserva, discrição e sigilo profissional, de forma a evitar que sejam divulgados factos e informações que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

Política de Prevenção de Maus Tratos e de Abuso Físico, Mental e Financeiro

Esta política inspira-se nos marcos fundamentais de defesa e promoção dos direitos das pessoas “Declaração Universal dos Direitos do Homem”; “Convenção sobre os Direitos das Crianças” e “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”.

A Organização pauta a sua atuação pelo respeito da dignidade de todas as pessoas, assegurando a igualdade de oportunidades na saúde, na educação e na formação, pela identificação de situações de

negligência, maus tratos e abusos e o seu devido encaminhamento para as entidades competentes. A Cercifeira assume assim, a responsabilidade de assegurar que existam mecanismos de garantia e de controle para reduzir os riscos de negligência, abuso sexual, abuso financeiro, maus tratos e discriminação de clientes, para tal define um procedimento para tratar estas situações e assegura rotação regular dos colaboradores perante tarefas mais pesadas ou difíceis, com vista a reduzir o risco de “burnout”, ajudando a prevenir desta forma possíveis situações de maus tratos.

Para que fique claro para todas as partes interessadas, a CERCIFEIRA clarifica os respetivos conceitos e sinais de alerta:

1. **Discriminação:** ato de considerar que certas características que uma pessoa tem são motivos para que sejam vedados direitos que os outros têm. Numa palavra, é considerar que a diferença implica diferentes direitos. (ver Carta de Direitos da CERCIFEIRA nº III)
2. **Maus Tratos:** qualquer ação ou omissão não acidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e bem-estar biopsicossocial e afetivo da vítima. Existe uma multiplicidade de situações que consubstanciam a prática de maus tratos, os quais podem apresentar diferentes formas clínicas, por vezes associadas: *negligência, mau trato físico, abuso sexual, mau trato psicológico/emocional e financeiro.*
 - 2.1 **Negligência:** incapacidade de proporcionar à pessoa a satisfação de necessidades básicas de higiene, alimentação, afeto, educação e saúde, indispensáveis para o crescimento, desenvolvimento e bem-estar adequados. Regra geral, é continuada no tempo, pode manifestar-se de forma grave, em que existe prática ou omissão de comportamento do qual resulta a violação de um direito da vítima que seria espectável pelo lesante ou *leve*, quando existe prática ou omissão de comportamento do qual resulta a violação de um direito da vítima sem que o lesante o esperasse (ex. incompetência ou incapacidade dos pais, ou outros responsáveis) (**Quadro 1**)

Quadro 1 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de negligência

- Carência de higiene (*tendo em conta as normas culturais e o meio familiar*);
- Vestuário desadequado em relação à estação do ano e lesões consequentes de exposições climáticas adversas;
- Inexistência de rotinas (nomeadamente, alimentação e ciclo sono/vigília);
- Hematomas ou outras lesões inexplicadas e acidentes frequentes por falta de supervisão de situações perigosas;
- Perturbações no desenvolvimento e nas aquisições sociais (linguagem, motricidade, socialização) que não estejam a ser devidamente acompanhadas;
- Incumprimento de recomendações médicas e programas nacionais de saúde próprios a cada caso;
- Doença crónica sem cuidados adequados (falta de adesão a vigilância e terapêutica programadas);
- Intoxicações e acidentes de repetição.

- 2.2 **Mau trato físico:** qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à pessoa (vítima), a qual provoque (ou possa vir a provocar) dano físico. Este tipo de maus tratos engloba um conjunto diversificado de situações traumáticas, (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de mau trato físico

- Equimoses, hematomas, escoriações, queimaduras, cortes e mordeduras em locais pouco comuns aos traumatismos de tipo acidental;
- Síndrome da criança abanada (sacudida ou chocalhada);
- Alopecia traumática e/ou por postura prolongada com deformação do crânio;
- Lesões provocadas que deixam marca(s) (por exemplo, de fivela, corda, mãos, chicote, régua...);
- Sequelas de traumatismo antigo (calos ósseos resultantes de fratura);
- Fraturas das costelas e corpos vertebrais, fratura de metáfise;
- Demora ou ausência na procura de cuidados médicos;
- História inadequada ou recusa em explicar o mecanismo da lesão pela criança ou pelos diferentes cuidadores;
- Perturbações do desenvolvimento (peso, estatura, linguagem, ...);
- Alterações graves do estado nutricional.

2.3 Mau trato psicológico/emocional: resulta da privação de um ambiente de segurança e de bem-estar afetivo indispensável ao crescimento, desenvolvimento e comportamento equilibrados da pessoa. Engloba diferentes situações, desde a precariedade de cuidados ou de afeição adequados à idade e situação pessoal, até à completa rejeição afetiva, passando pela depreciação permanente da pessoa, bullying, com frequente repercussão negativa a nível comportamental (**Quadro 3**).

Quadro 3 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de mau trato psicológico/emocional

- Episódios de urgência repetidos por cefaleias, dores musculares e abdominais sem causa orgânica aparente;
- Comportamentos agressivos (autoagressividade e/ou hetera agressividade) e/ou automutilação;
- Excessiva ansiedade ou dificuldade nas relações afetivas interpessoais;
- Perturbações do comportamento alimentar;
- Perturbações do sono;
- Alterações do controlo dos esfíncteres (enurese, encoprose);
- Choro incontrolável no primeiro ano de vida;
- Comportamento ou ideação suicida.

3. Abuso Sexual: corresponde ao envolvimento de uma criança/adolescente ou pessoa em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de outra pessoa. Baseia-se numa relação de poder ou de autoridade e consubstancia-se em práticas nas quais a criança/adolescente ou pessoa, em função do estágio de desenvolvimento:

- Não tem capacidade para compreender que delas é vítima;
- Percebendo que o é, não tem capacidade para nomear o abuso sexual;
- Não se encontra estruturalmente preparada;
- Não se encontra capaz de dar o seu consentimento livre e esclarecido.

Frequentemente, o abuso sexual é perpetrado sem que haja qualquer indício físico de que tenha ocorrido, facto que pode dificultar o diagnóstico. Contudo, em algumas situações é possível identificar sintomas/sinais deste tipo de mau trato (**Quadro 4**).

Quadro 4 - Alguns sinais, sintomas e indicadores de abuso sexual

- Lesões externas nos órgãos genitais (eritema, edema, laceração, fissuras, erosão, infeção);
- Presença de esperma no corpo ou roupa da pessoa;
- Lassidão anormal do esfíncter anal ou do hímen, fissuras anais;
- Leucorreia persistente ou recorrente;
- Prurido, dor ou edema na região vaginal ou anal;
- Lesões no pénis ou região escrotal;
- Equimoses e/ou petéquias na mucosa oral e/ou laceração do freio dos lábios;
- Laceração do hímen;
- Infeções de transmissão sexual;
- Gravidez.

4. **Abuso Financeiro:** a prática de atos dos quais resultem a perda de bens ou dinheiro, dano financeiro, através de manipulação ou usurpação. A exploração inclui a apropriação de recursos da pessoa lesada por outrem, visando a benefício próprio através de meios desonestos. Do abuso financeiro fazem ainda parte manifestações de bullying, traduzidas em atos de violência física, verbal, expressões e/ ou gestos que implicam a apropriação de bens materiais de outrem sem a sua autorização.

Política de Reconhecimento

A Cercifeira entende os seus recursos humanos como principal motor para a evolução dos serviços prestados. Desta forma entende igualmente que aqueles têm que ser motivados e consequentemente apresentarem-se satisfeitos face a toda a organização.

Foi neste sentido que a instituição decidiu instituir um prémio de reconhecimento aos colaboradores pela sua dedicação e empenho na prossecução dos objetivos organizacionais.

Aquele prémio é atribuído com base em dois fatores: a avaliação de desempenho de cada colaborador e a avaliação da globalidade das valências (efetuada de acordo com o critério da taxa de ocupação e o balanço financeiro de cada uma delas). Desta forma a instituição pensa conseguir contrabalançar alguma carga mais subjetiva que poderá decorrer das avaliações de desempenho (visto que não são os mesmos avaliadores a avaliar todos os colaboradores) com uma componente mais objetiva que resulta do segundo fator atrás enunciado.

Da conjugação dos dois fatores em causa resultará um valor em função do qual será atribuído a cada colaborador uma compensação em tempo.

Ainda dentro do âmbito dos Recursos Humanos a Cercifeira não poderia esquecer os voluntários, aqueles cujos trabalhos se situa numa linha de complementaridade face ao desempenho profissional de todos os demais colaboradores da instituição e respetiva atuação. Os voluntários são assim reconhecidos como um dos mais valiosos ativos de qualquer organização.

A Cercifeira traduz esse reconhecimento através da proposta aos cooperantes, na Assembleia Geral onde é apresentado o Relatório anual de contas, da atribuição aos voluntários que exerceram voluntariado na instituição até à altura, a categoria de sócios honorários.

Política de Angariação de Fundos

A Cercifeira, enquanto instituição sem fins lucrativos, tem uma grande dependência financeira do Estado, da qual não quer, nem pode prescindir, mas tem necessidade de aumentar o seu fundo de maneio, para fazer frente às constantes necessidades de melhoria contínua de forma a servir melhor os seus clientes e a comunidade em geral. Para tal é imperativo recorrer à angariação de fundos. Esta terá que ter uma função cada vez mais estratégica daí que deva ser sempre pensada em função de um tema ou objetivo concreto formulado anualmente ou pelo período que se considere necessário até à concretização do objetivo que lhe deu origem, com as devidas monitorizações. Aquele deverá ser divulgado junto da comunidade envolvente demonstrando a transparência e retidão no trabalho da Cercifeira neste âmbito. O mesmo deverá suceder face aos resultados obtidos e para os quais cada donativo contribuiu. Assim, a Cercifeira reportará resultados e demonstrará ao doador o impacto da sua doação na sustentabilidade financeira da instituição ou na concretização de um objetivo específico. Apresentar o impacto do apoio dado é fundamental para que o doador mantenha esse mesmo apoio.

A angariação de fundos pode assim estar limitada no tempo e ter doadores pontuais, mas também pode revestir a angariação de fundos de relação, na qual a instituição mais deve investir. Aqui quer-se garantir uma continuidade na relação doador / instituição para também garantir a continuidade dos donativos. Esta relação deve por isso ser estimada. A instituição deverá preferir várias ofertas de valor continuado em detrimento de donativos únicos de valor elevado.

Neste contexto a Cercifeira deixa de pensar em pedir para pensar em troca e permissão e deixa de pensar em subsídio para pensar em contribuição. Deve, assim, mostrar o seu valor ao eventual doador e escolhê-lo tendo presente os valores e a missão do mesmo.

4. Monitorização e Medição

Atividades Desenvolvidas

As Principais Atividades Desenvolvidas foram programadas de acordo com os objetivos operacionais do plano de atividades para 2022

Liderança

- Melhorar a comunicação interna entre a chefia de topo e os restantes colaboradores
- Angariar clientes e dar a conhecer à comunidade os serviços
- Manter a certificação pela DGERT do Centro de Formação Profissional
- Promover a sustentabilidade da Organização
- Aumentar o nº de atividades de angariação de fundos
- Melhoria e renovação em infraestruturas, acessibilidades e frota
- Melhorar a Qualidade dos Serviços

Recursos humanos

- Formação Interna e contínua Fomentar o espírito de equipa e a Identificação com a organização
- Formação Interna e contínua

Direitos

- Proporcionar a participação dos clientes das diferentes respostas sociais na vida ativa da organização
- Promover a inserção de clientes na vida ativa
- Garantir que o cliente realize prática em contexto de trabalho
- Manter o número de clientes já integrados em estruturas de atendimento

Ética

- Melhorar a qualidade dos serviços organizacionais

Parecerias

- Potenciar e diversificar as Parcerias
- Manter parcerias formais existentes

Participação

- Proporcionar a participação dos clientes e colaboradores das diferentes respostas sociais na vida ativa da organização

Orientação para o cliente

- Proporcionar a participação dos clientes das diferentes respostas sociais na vida ativa da organização e melhoria da qualidade dos serviços

Abrangência

- Garantir a abrangência das respostas da organização
- Aumentar a interação com a comunidade em geral e significativos

Orientação para os resultados

- Promover a sustentabilidade da organização
- Melhorar a qualidade dos serviços organizacionais

Melhoria contínua

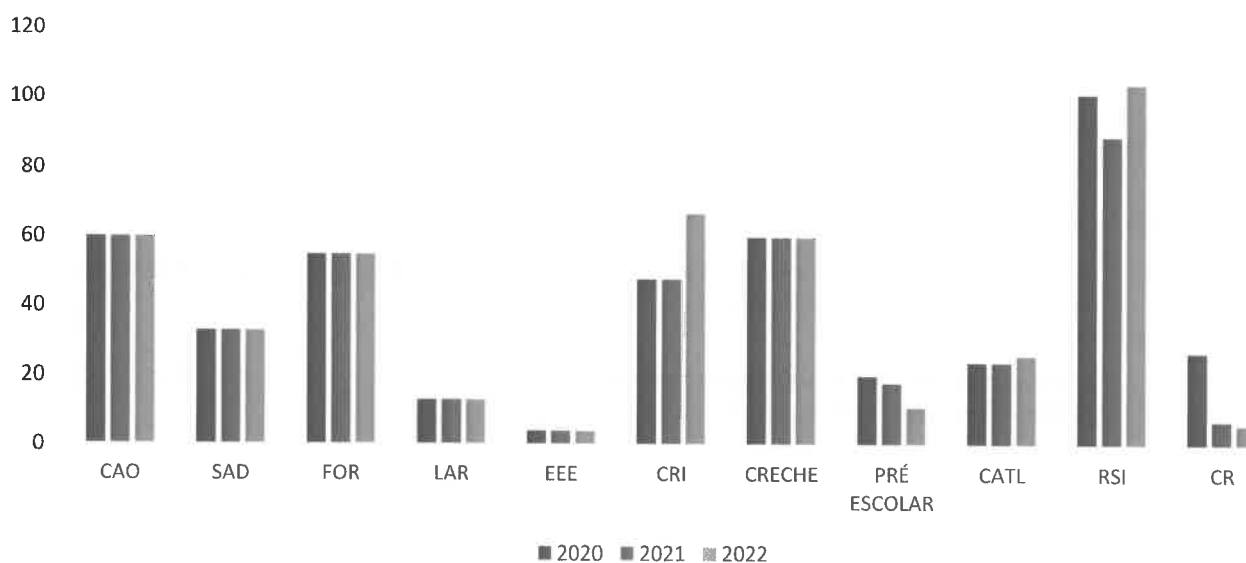
- Promover atividades e projetos de inovação na instituição

Li Paulo Afonso
SAO JESUS
CAV
SAB

5. Relatório de Desempenho das Valências relativas a 2021

Valências	LAR	CAO	SAD	EEE	PSI	CRI	FOR	RSI
Nº de sugestões dos clientes	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de sugestões dos significativos	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de sugestões outras entidades externas	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de reclamações dos clientes	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de reclamações dos significativos	1	0	0	0	0	0	0	0
Nº de reclamações outras entidades externas	0	0	0	0	0	0	0	0

EVOLUÇÃO ANUAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS



INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
**CAO – CENTRO DE ATIVIDADES
OCUPACIONAIS**

RESPOSTA SOCIAL	UTENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE UTENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS
CAO 1 - SEDE	30	30	13	17	1	30	100%	Os clientes que saíram foram substituídos de imediato
CAO 2 - SEDE	28	30	12	16	4	28	100%	Os clientes que saíram foram substituídos de imediato

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
EEE – ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL

EEE	ENCAMINHADOS PELA DGEST	APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS
ALUNOS	0	4	4	1	0	4	100%	

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
LAR DAS CAMÉLIAS

RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE CLIENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS
LAR RESIDENCIAL	13	13	4	9	2	11	100%	

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira, CR
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel.: 256 374 472 - Fax: 256 375 405
Contribuinte n.º 501 095 535

Com o apoio



[Handwritten signatures and notes]

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
SAD – SERVIÇO DE APOIO AO DOMICILIO

RESPOSTA SOCIAL	UTENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE UTENTES APOIADOS	M	F	SA/ RAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS
SAD	30	33	15	18	7	31	99%	

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Cursos de Formação	Tipo de Percorso	Nº de formandos/as	M	F	Desistiram	Concluíram	Transitaram para 2022	OBS
Empregada de andares	B	3	1	2	0	3	0	T 3.01 Operação POISE – 03-4229 – FSE
Carpintaria	C	6	6	0	1	5	0	000145 Operação Cofinanciada pelo FSE
Pastelaria	C	4	1	3	0	4	0	
Hortofloricultura	C	6	3	3	0	6	0	
Aux. Cozinha	C	6	2	4	3	0	3	
Operador Jardinagem	B	6	4	2	2	0	4	
Costura	C	6	0	6	0	0	6	T 3.01 Operação POISE – 03-4229 – FSE
Carpintaria	C	6	6	0	1	0	5	000303 Operação cofinanciada pelo FSE
Pastelaria	C	6	2	4	0	0	6	
Cozinha	C	6	0	6	2	0	4	
Limpeza	C	6	1	5	1	0	5	
TOTAIS		55	30	25	5	11	33	

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS
CRI – CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO
 (Apoio aos alunos dos Concelhos São João da Madeira e Santa Maria da Feira)

CONCELHO DE SÃO JOÃO DA MADEIRA	Nº Alunos apoiados	Agrupamento Escolas Oliveira Júnior		Agrupamento Escolas Serafim Leite		Agrupamento Escolas Silva Correia		TOTALS		TOTAL				
		M	F	M	F	M	F	M	F					
	7		7	2	6	7	1	16	14	30				
Agrupamento de Escolas de ARRIFANA														
CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA	Nº Alunos apoiados	M		F		TOTALS		TOTAL						
		6	6	4	4	6	4	10						
CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	Nº Alunos apoiados	Agrupamento de Escolas Ferreira da Silva		Agrupamento de Escolas Fajões		Agrupamento de Escolas Loureiro		Agrupamento de Escolas Soares de Basto		Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro		TOTAL		
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
	4	3	2	2	2	6	1	4	1	2	1	14	13	27
TOTALS		67												

CERCIFEIRA
 Cooperativa para a Educação e Reabilitação
 De Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
 Rua, Dr. Santos Carneiro, 4
 4520-221 Santa Maria da Feira
 Tel.: 256 374 472 - Fax: 256 375 405
 Contribuinte n.º 501 095 535

Li Carlos Pin 22366h

S. Soares
EAV
J. Silva

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

SONHO DA CRIANÇA									
RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE CLIENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS	
CRECHE	55	60	33	27	27	60*	105%	<ul style="list-style-type: none"> A vagas foram preenchidas com nova inscrições 	

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

SONHO DA CRIANÇA									
RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE CLIENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS	
PRÉ ESCOLAR	20	11	4	6	5	11	55%		

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

SONHO DA CRIANÇA									
RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES ABRANGIDOS POR ACORDO	Nº DE CLIENTES APOIADOS	M	F	SAÍRAM	PERMANECEM	Grau de Execução	OBS	
CATL	20	26	8	18	0	26	105%		

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

 RSI
 Rendimento Social de Inserção

Execução Física

DADOS DE 01-01-2021 A 31-12-2021			DADOS DE 01-01-2022 A 31-12-2022			
EXECUÇÃO (Até Dez 2021)	INDICADORES	Totais Acumulados	Beneficiários abrangidos	EXECUÇÃO (Até Dez 2022)	Totais Acumulados	Beneficiários abrangidos
ATENDIMENTO	Total de Atendimentos realizados	311	148	ATENDIMENTO	Total de Atendimentos realizados	414
	Total de Agregados familiares (realizados)	89	148		Total de Agregados familiares (realizados)	104
ACOMPANHAMENTO	Total de Planos de Intervenção (realizados)	86	156	ACOMPANHAMENTO	Total de Planos de Intervenção (realizados)	93
	Total de Planos de Intervenção (concluídos)	86	156		Total de Planos de Intervenção (Concluídos)	93

INDICADORES / SERVIÇOS PRESTADOS

CR – CENTRO DE RECURSOS LOCAL

IAOQE Informação, avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego	Candidatos abrangidos	M	F	Concluíram ações	Desistiram	Grau de Execução	OBS
	6	4	2	6	0	100%	

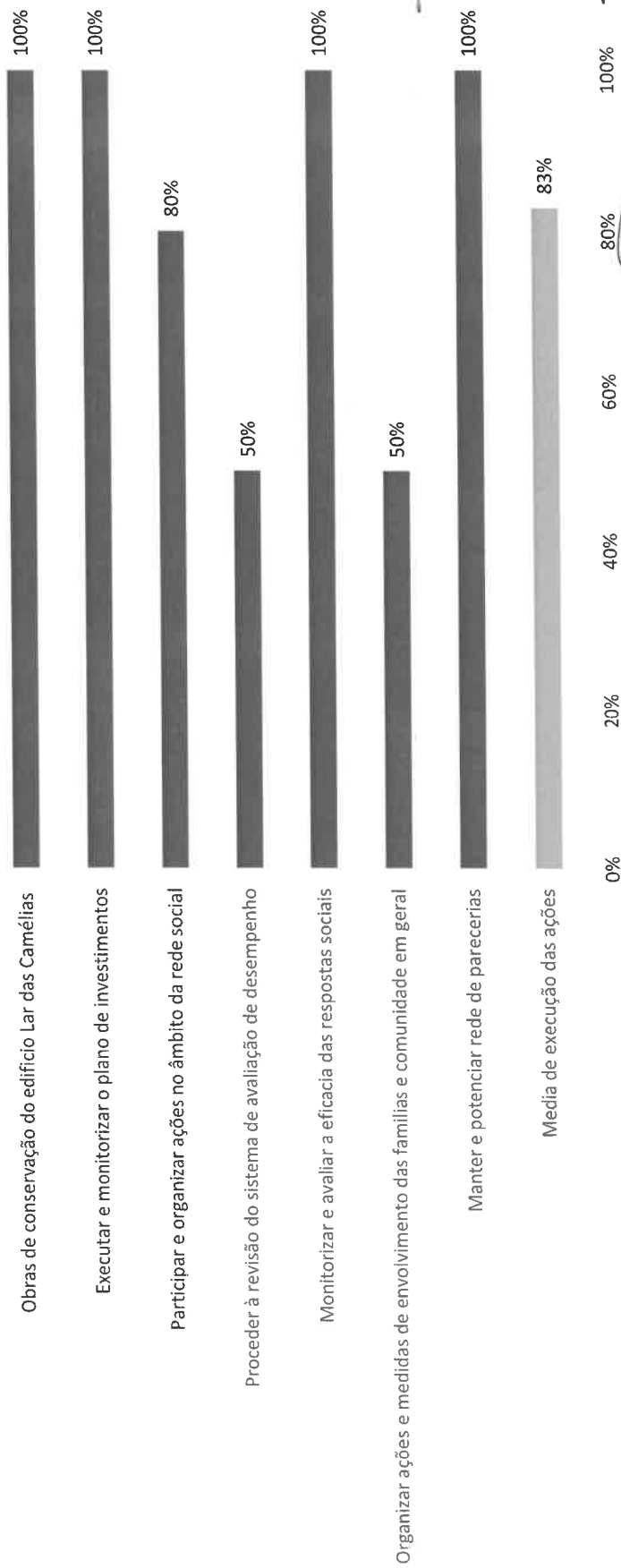
 CERCIFEIRA
 Cooperativa para a Educação e Reabilitação
 De Cidadãos Inadaptados da Feira. CRL
 Rua Dr. Santos Carneiro, 4
 4520-221 Santa Maria da Feira
 Tel.: 256 374 472 - Fax: 256 375 405
 Contribuinte n.º 501 095 535



QUADRO SÍNTESE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Indicadores serviços prestados	2020			2021			2022			notas
	Previsão	execução	desvios	Previsão	execução	desvios	Previsão	execução	desvios	
CAO										
CAO 1	30	30	0	30	30	0	30	30	0	
CAO 2	28	30	+2	30	28	+2	28	30	+2	
EEE										
EEE	4	4	0	4	4	0	4	4	0	
Lar das Camélias										
Lar das Camélias	13	13	0	13	13	0	13	13	0	
SAD										
SAD	30	33	+3	30	32	+2	30	33	+3	
Formação Profissional										
Formação Profissional		55			55			55		
CRI										
CRI	48	46	0	46	46	0	40	67	+27	
CRECHE										
CRECHE	60	60	-5	60	60	0	60	60	0	
Pré-escolar										
Pré-escolar	20	20	-5	20	16	-4	20	11	-9	
CATL										
CATL	20	24	+4	20	23	+3	20	26	+6	
RSI										
RSI	100*	94*	-6*	100*	89*	-11*	100*	104*	+4*	*Nº de famílias apoiadas
CR										
CR	118	27	-91	7	7	0	6	6	0	

Percentagem de execução dos objetivos do plano estratégico



Com o apoio



CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira, CRL
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel.: 256 374 420 - Fax: 256 375 405
Contribuinte n.º 501 095 535

Luís Carlos Filipin 22/03/2014

[Handwritten signatures and initials]

6. Avaliação da Satisfação das Partes Interessadas

No ano 2022 não se procedeu a avaliação das partes interessadas, o processo de avaliação está em via de revisão pelo que, quando estiver completado, será retomado,

7. Atividades em destaque 2022

8.

O Grupo da Cercifeira da Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira, participou à cerimónia de encerramento da Capital Europeia da Cultura Novi Sad 2022 (Sérvia), durante a viagem e com escala em Barcelona aproveitamos também para conhecer a cidade espanhola.



A Orquestra Criativa/grupo Cercifeira ao longo do ano 2022 foi convidada para atuar em vários agrupamentos de escolas e centros sociais do conselho de Santa Maria da Feira, também obteve convites para concertos na cidade do Porto, na Liga Portuguesa contra o Cancro, na cidade de Matosinhos a convite da camara municipal de Matosinhos, também participou em eventos municipais como Imaginarius (festival internacional de artes de rua) e mosaico social





Luís Carlos Silva
CC3064

A participação da CERCIFEIRA no ano 2022 no projeto LaB inDança para além da habitual frequência das aulas semanais, proporcionou a criação de um vibrante espetáculo com o título de “ENTREABERTO” apresentado em estreia absoluta no “Cineteatro António Lamoso” em Santa Maria da Feira, espetáculo este, que voltou a ser apresentado em Lisboa no âmbito do Isto é PARTIS & Art For Change, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian



No âmbito da rede de Arte comunitária, a cercifeira participou com um Grupo de CACI no projeto “Transformarte” teatro adaptado, juntamente com outras instituições do conselho foi criado o Espetáculo “E AMANHA?”, o mesmo teve estreia no Cineteatro “António Lamoso” e teve enorme impacto na comunidade facto este, que levou a organização do FIMUV (festival internacional de musica e artes) a convidar-nos para integrar a programação do festival e repropor o espetáculo.



Handwritten signatures and notes:
Cecília... CC3666
F...
S...
S...

Na Formação Profissional também foram desenvolvidas e realizadas algumas atividades que merecem destaque para além daquelas relacionadas com as ações formativas, assim como o Projeto submetido e aprovado pelo INR "Jardinagem uma escolha para o futuro", a visita de estudo à Oliva e atividades relacionadas com a semana cultural.



**No projeto do INR:
Jardinagem:
Uma Escolha para o Futuro,
jovens aprendem técnicas específicas:
colocação de estacas e guias e utilização de roçadora.**



RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		702.585,02	668.669,47
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		26.703,15	1.630,15
Activos biológicos		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1.711,74	1.711,74
		730.999,91	672.011,36
Activo corrente			
Clientes		7.054,54	3.559,24
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber		583.145,86	578.639,64
Diferimentos		0,00	0,00
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		358.924,31	181.417,08
		949.124,71	763.615,96
Total do activo		1.680.124,62	1.435.627,32
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio		15.000,00	15.000,00
Reservas legais		97.034,85	97.034,85
Outras reservas		216.055,07	216.055,07
Resultados transitados		711.174,72	697.408,74
Subsídios ao Investimento		63.326,95	58.500,00
		1.102.591,59	1.083.998,66
Resultado líquido do período		10.513,19	8.675,68
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do capital próprio		1.113.104,78	1.092.674,34
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		260.837,37	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		260.837,37	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		32.548,41	42.660,58
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		68.353,97	61.122,16
Financiamentos obtidos		0,00	53.213,22
Outras contas a pagar		205.280,09	186.716,72
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos correntes		0,00	0,00
		306.182,47	343.712,68
Total do passivo		567.019,84	343.712,68
Total do capital próprio e do passivo		1.680.124,62	1.436.387,02

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados		268.014,81	245.919,96
Subsídios à exploração		1.968.477,22	1.517.115,14
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas empreendimentos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-352.131,94	-324.450,83
Gastos com o pessoal		-1.414.713,16	1.393.827,51
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		217.937,93	187.868,84
Outros gastos e perdas		-580.798,98	-152.713,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		106.785,88	79.912,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-64.801,10	-69.348,66
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis perdas/reversões		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		41.984,78	10.563,73
Juros e rendimentos similares obtidos		1,83	0,00
Juros e gastos similares suportados		-31.473,42	-1.888,05
Resultado antes de impostos		10.513,19	8.675,68
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		10.513,19	8.675,68

CERCIFEIRA

 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

VALORES EM EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		111.931,46	257.232,34
Pagamentos a fornecedores		234.841,30	-222.537,61
Pagamentos ao pessoal		197.633,74	-904.065,90
Caixa gerada pelas operações		544.406,50	-869.371,17
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-320.543,58	-447.362,89
Outros recebimentos/pagamentos		493.245,52	1.436.480,75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		172.701,94	567.109,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		0,00	-69.348,66
<i>Activos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		-591,67	0,00
<i>Outros activos</i>		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Activos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros activos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		3.063,74	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		3.655,41	-69.348,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00	0,00
<i>Doações</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Juros e gastos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		1.149,88	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1.149,88	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		177.507,23	497.760,92
Caixa e seus equivalentes no início do período		181.417,08	131.019,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		358.924,31	628.779,97

Li Carlos Pinheiro
[Handwritten signatures and initials]

CERCIFEIRA
Anexo
31 de dezembro de 2022

A “CERCIFEIRA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Cercifeira – Cooperativa Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Feira CRL”, com sede em Rua Dr. Santos Carneiro 4, em Santa Maria da Feira. Tem como atividade de Instituição de solidariedade social.

2 *Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras*

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 *Principais Políticas Contabilísticas*

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Li Carlos H. Pin CC3644

CC3644
CC3644
CC3644
CC3644
CC3644

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	taxas
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	20%

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

CERCIFEIRA
Cooperativa para a Educação e Reabilitação
De Cidadãos Inadaptados da Feira. CRM
Rua Dr. Santos Carneiro, 4
4520-221 Santa Maria da Feira
Tel: 256 375 477 Fax: 256 375 405
Contribuinte n.º 501 095 535

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	taxas
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16,6%
Equipamento de transporte	20%
Equipamento administrativo	16,6%
Outros Activos fixos tangíveis	16,6%

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que

estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade

inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Carli Alpin CC3664

4
Roberto
Al.
sub.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia). Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

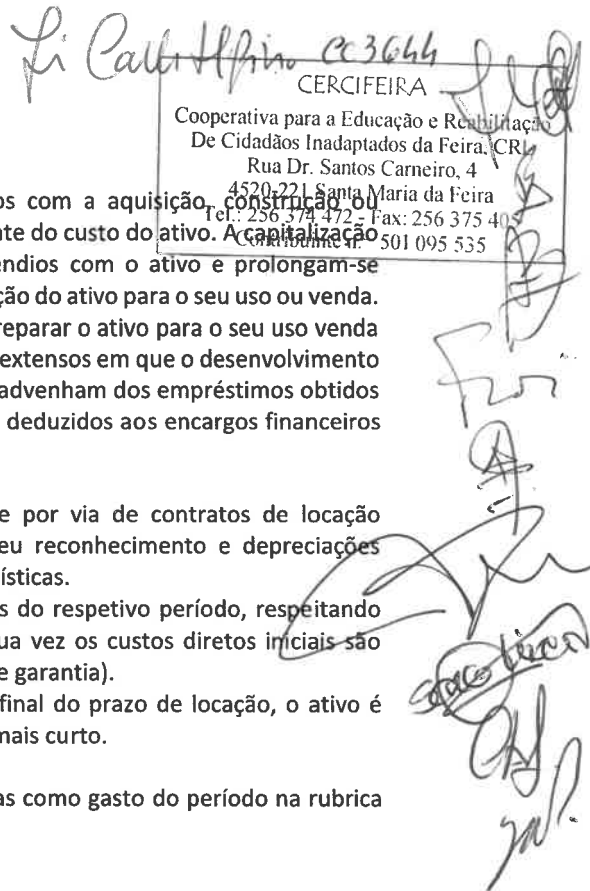
- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	470.565,47					470.565,47
Edifícios e construções	1.486.750,19	80.604,07				1.567.354,26
Equipamento básico	570.365,82	29.207,40				599.573,22
Equipamento de transporte	425.858,75					425.858,75
Equipamento administrativo	135.925,08	12.358,27				148.283,35
Outros Ativos fixos tangíveis	106.610,49					106.610,49
Total	3.196.075,80	122.169,74	0,00	0,00	0,00	3.318.245,54
Depreciações acumuladas						
Dep. Acumuladas	2.550.859,42			63.170,93		2.640.733,50
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Outros Ativos intangíveis	1.630,15			25.073,00		26.703,15
Total	1.630,15	0,00	0,00	25.073,00	0,00	26.703,15
Ativo Tangível Líquido						
Ativos tangíveis Liq.	0,00					0,00
Total	672.011,39	0,00	0,00	0,00	0,00	704.215,19

7 Locações

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	2.657,85	2.657,85	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2.657,85	2.657,85	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Prestação de serviços	267.593,22	245.919,96
Total	267.595,05	245.919,96

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12 Subsídios e apoios

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios" e "Apoios":

Descrição	2022	2021
Apoios		
	1.968.477,22	1.517.115,14
Total	1.968.477,22	1.517.115,14

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€.

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "80" e em 31/12/2022 foi de "80".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	1.144.049,54	1.105.920,99
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	235.480,51	255.510,81
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	34.996,11	32.395,71
Outros Gastos com o Pessoal	187,00	0,00
Total	1.414.713,16	1.393.827,51

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1.711,74	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1.711,74	0,00

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	7.054,54	3.559,24
Utentes	0,00	0,00
Total	7.054,54	3.559,24

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	-4.000,32	0,00
Outros Devedores	-25.101,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	-29.101,32	0,00

17.5 Diferimentos

17.6 Outros Ativos Financeiros

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	123,93	59,33
Depósitos à ordem	358.800,38	181.357,75
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	358.924,31	181.417,08

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	97.034,85	0,00	0,00	97.034,85
Resultados transitados	702.499,04	8.675,68	0,00	711.174,72
Excedentes de revalorização	216.055,07	0,00	0,00	216.055,07
Outras variações nos fundos patrimoniais	52.650,00	10.676,95	0,00	63.326,95
Total	1.083.238,96	19.352,63	0,00	1.102.591,59

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	32.548,41	42.660,58
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	32.548,41	42.660,58

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS)	16.147,83	14.195,09
Segurança Social	52.206,14	46.729,07
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	68.353,97	61.122,16

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		4.000,32		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		25.101,00		0,00
Total	0,00	29.101,32	0,00	0,00

17.12 Outros Passivos Financeiros

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.662.145,91	1.073.379,16
Subsídios de outras entidades	306.331,31	443.735,98
Total	1.968.477,22	1.517.115,14

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	157.682,68	166.892,79
Materiais	4.420,18	5.767,52
Energia e fluidos	112.683,44	75.314,22
Deslocações, estadas e transportes	1.215,69	0,00
Serviços diversos	74.898,99	76.476,30
Total	352.131,94	324.450,83

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	207.153,87	187.868,84
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	10.784,06	0,00
Total	217.937,93	187.868,84

Li Carl ... 2023/24

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	642,44	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	131.063,82	0,00
Outros Gastos	449.092,72	152.713,21
Total	580.798,98	152.713,21

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	10.348,99	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	21.124,43	0,00
Total	31.473,42	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,83	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1,83	0,00
Resultados Financeiros	-31.471,59	0,00

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Órgãos sociais do quadriénio 2022-2025

Direção

Presidente:	Rocco Di Bernardo – nº1314
Vice-Presidente:	Paula Cristina Gomes Albuquerque - nº 1309
Tesoureiro:	João Carlos Marques Higino Oliveira – nº 1427
Vogal:	Iva Rafaela Costa Pinto – nº 1618
Secretária:	Carla Patrícia Costa Loureiro – nº 1498

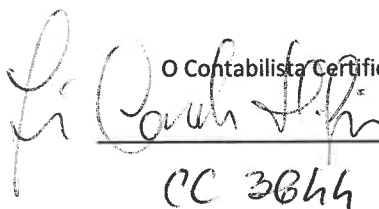
Mesa da Assembleia

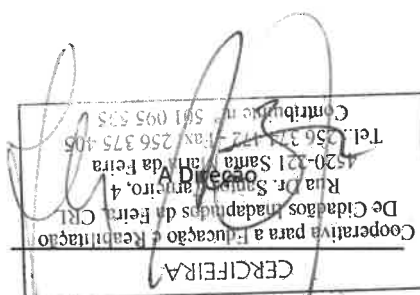
Presidente:	André Soares Pinho – nº 1534
Vice-Presidente:	Miguel Alberto Lemos S. Martinho – 1598
Secretário:	Marta Sofia de Lima Sá - 1663

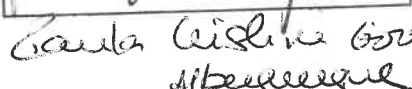
Conselho fiscal

Presidente:	António Augusto Farias da Silva – nº 13
Vogal:	Fernando Alves da Silva – nº 1519
Vogal:	Manuel Sousa Baltarejo – nº 43

Santa Maria da Feira, 31 de dezembro de 2022


O Contabilista Certificado
CC 3844




Paula Cristina Gomes de
Albuquerque
Loureiro